

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 21/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2018

(Contém 13 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 21/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2018**

Aos dezanove dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira e Nelson António Rosa dos Santos.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 9 de outubro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação a Senhora Vereadora Albertina Maria Costa Oliveira, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:**EXERCÍCIO DE FUNÇÕES:**

O Senhor Vice-Presidente fez um comunicado a todo o Órgão Executivo relacionado com o exercício das funções que lhe foram confiadas. Expôs que ao assumir a função do dever público entendeu ser uma honra, mas também uma responsabilidade e fê-lo sempre nessa perspetiva. Colocou sempre em primeiro lugar o exercício das suas competências neste Órgão Executivo. Informou que, no entanto, por motivos que se relacionam, estritamente, com o acréscimo da sua atividade profissional privada, começou a deparar-se, por essa via, com uma limitação temporal que pode condicionar, no futuro, o exercício pleno das suas funções nesta Câmara Municipal, no modelo de valores que preconiza. Nessa perspetiva, entendeu ser de todo conveniente ponderar e decidir, nesta fase da sua vida, perante as circunstâncias da sua atividade profissional privada e até que tenha mais alguma organização nessa área, solicitar à Senhora Presidente da Câmara Municipal a cessação das delegações de competências que lhe foram atribuídas e consequentemente deixar de ser Vereador a meio tempo, conforme foi fixado pela Câmara Municipal, na primeira reunião deste mandato, sob proposta da Senhora Presidente.

Mais informou, o Senhor Vice-Presidente, que continuará com o compromisso que teve para com a população do Concelho de Lagoa, continuando a exercer as suas funções de Vereador, mas agora em regime de não permanência. Disponibilizou-se para no futuro, se tiver condições para exercer novamente outras funções, colocar-se-á à disposição da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente referiu que compreendeu os argumentos apresentados pelo Dr. Ricardo Martins Mota. Informo que o Dr. Ricardo Martins Mota ficará como Vereador em regime de não permanência e continuará com a designação de Vice-Presidente, a quem lhe cabe substituí-la nas suas faltas e impedimentos.

Mais informou a Senhora Presidente que face a essa situação haverá uma reorganização nas delegações de competências. Assim, disse que ficará com o Gabinete de



Competitividade e Desenvolvimento Económico e o Orçamento Participativo Jovem que estavam na esfera do Dr. Ricardo Martins Mota, os Eventos que estavam com a Senhora Vereadora Albertina Oliveira e Higiene e Segurança no Trabalho que estava com o Senhor Vereador Nelson Santos. A Senhora Vereadora Albertina Oliveira ficará com a Juventude, Conselho Municipal de Juventude, Saúde e Conselho Municipal de Saúde. O Senhor Vereador Nelson Santos ficará com o Desporto. Sobre as delegações de competência do Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz não houve qualquer alteração.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que ouviu com muita atenção as palavras do seu ilustre amigo Dr. Ricardo Martins Mota, só não concordou quando ele disse "... até que tenha mais alguma organização ...", porque não acredita que precise, pois, em seu entender, tem tudo bem organizado. Expôs que o Dr. Ricardo Martins Mota tem uma postura que ele também a teria, quando se pretende desempenhar um bom trabalho, não é fácil conciliar as duas situações, dada a dimensão da sua atividade profissional privada.

Acrescentou o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que percebeu perfeitamente a tomada de posição do Dr. Ricardo Martins Mota. Não era a que estava à espera, pois esperava que ele concluísse o seu mandato como Vereador a meio tempo. Deu-lhe os parabéns pela coragem, porque não deve de ter sido fácil tomar aquela posição.

A Senhora Presidente referiu que o Dr. Ricardo Martins Mota vai continuar como Vereador e a apoiar, porque são uma equipa, mas num contexto diferente.

A Câmara tomou conhecimento.

POSTO DE ATENDIMENTO AGRÍCOLA:

Sobre a notícia "Lagoa ganhou posto de atendimento agrícola" o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou informações sobre o assunto.

A Senhora Presidente informou que este posto de atendimento agrícola dará apoio administrativo, nos diversos processos que envolvem a atividade agrícola, a todos os agricultores do Concelho de Lagoa, do Livramento e de Santa Bárbara, evitando que se desloquem aos Serviços Centrais. No fundo ocorre na sequência de uma política de proximidade da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Mais informou que o serviço vai ser efetuado por uma trabalhadora da Junta de Freguesia do Cabouco e no início será destacado um trabalhador daqueles Serviços Agrícolas para dar apoio nesta fase de aprendizagem. Será um modelo experimental, funcionará três manhãs durante a semana e o atendimento poderá ser ajustado consoante a necessidade.

A Câmara tomou conhecimento.



PASSEIO DE IDOSOS DO CONCELHO DE LAGOA:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que como Vereadores da Oposição deste Órgão Executivo tinham o direito de ser convidados para o passeio para as Furnas, com os idosos do Concelho de Lagoa, no passado dia 8 de outubro, porque foi uma atividade realizada pela Câmara Municipal. Participaram membros deste Executivo Camarário enquanto eles, Vereadores da Oposição, não foram convidados.

A Senhora Presidente respondeu que participou na atividade acompanhada pelo Senhor Vereador Nelson Santos. Os membros deste Executivo Camarário não foram convidados. O Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora Albertina Oliveira não participaram no passeio. O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz foi na qualidade de Presidente do Grupo de Cantares Tradicionais de Santa Cruz, acompanhado de alguns elementos, com a missão da animação musical do grupo de idosos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deixou uma recomendação para no próximo ano a Senhora Presidente da Câmara fazer o convite a todos os membros deste Órgão Executivo. Acrescentou que no próximo ano, o Dr. Ricardo Martins Mota não estará como Vereador a meio tempo, mas fará todo o sentido que também possa participar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, até mesmo no campo político, não vão politizar um acontecimento, com o passeio dos idosos, mas houve pessoas do PSD que não se viram representadas e que não tiveram o prazer de confraternizar com pessoas em quem votaram. Disse, porque há de se "impingir" que sejam só os elementos do PS a participarem, a não ser que se queira fazer disso um ato de campanha.

A Senhora Presidente disse que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado é que está a fazer um ato de campanha, a politizar o assunto. Foi um evento organizado no âmbito do Plano de Atividades do Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Lagoa, a pessoa que não se sente confortável por estar na sua companhia como Presidente da Câmara Municipal, então que não participe no passeio. Disse, ainda, que não tem que se sentir obrigada a ter que convidar todos os candidatos dos partidos políticos, porque no limite também haverá pessoas que são do PCP-PEV.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que se referiu aos que tinham representação na Câmara Municipal.

A Senhora Presidente disse que esta situação não tem nada a ver com eleições. Como já referiu, foi uma atividade organizada no âmbito do Plano de Atividades do Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Lagoa. Acrescentou que em todas as Atividades Culturais os Senhores Vereadores também deveriam de estar presentes, com base no mesmo pressuposto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que recebem convites para as Atividades Culturais, tendo a Senhora Presidente respondido que nem sempre comparecem.



A Senhora Presidente expôs que se o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado tivesse dito que até gostava de ter participado no passeio com os idosos, era uma situação, mas dizer que houve pessoas que não se sentiram representadas no evento é completamente diferente, é politizar um assunto que não está politizado e quem não se sente bem numa atividade não deve participar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que foi uma oportunidade que muitas dessas pessoas tiveram de participar no passeio e deixou a recomendação para no próximo ano.

A Câmara tomou conhecimento.

VALONGO, FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:

Na sequência do pedido de certidão de compropriedade, no Valongo, Freguesia de Água de Pau, apresentado na última reunião da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se a Senhora Presidente tem conhecimento de alguma movimentação naquela zona, tendo a Senhora Presidente respondido que desconhece. Informou a Senhora Presidente que aquele caminho vai ser pavimentado, pelo IROA, em 2019.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Cristina Calisto recebeu Deputados do PSD/Açores;
- 2.ª Sessão do Inspiral aliou a música à revivência do passado;
- Lagoa recebeu passagem de prova pontuável para o Campeonato do Mundo de BTT;
- Autarquia Lagoense congratulou Centro de Karaté de Lagoa;
- CEFAL realizou trilho urbano da Cidade de Lagoa;
- Câmara da Lagoa proporcionou dia diferente a 300 idosos;
- Atividades náuticas letivas arrancaram na Lagoa;
- Cristina Calisto visitou obras do Hospital Internacional dos Açores;
- Autarquia Lagoense recebeu Patrick Lui, cineasta, que irá filmar documentário nos Açores;



- Lagoa ganhou posto de atendimento agrícola.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – VOTO DE CONGRATULAÇÃO – CAMPEONATO DA EUROPA DE PATINAGEM ARTÍSTICA – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES:

Pelo Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores foi presente o ofício n.º 3931, de 2 do corrente mês, remetendo o Voto de Congratulação, aprovado por unanimidade, sob proposta do Partido Social Democrata, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 20 de setembro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 3 – PROPOSTA – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:

Pela Senhora Presidente foi presente a proposta para a contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que, à semelhança do que acontece em qualquer Instituição da Administração Pública, o fluxo de realização das receitas do Município de Lagoa – Açores não é regular ao longo do ano;

Considerando que, nem sempre é possível evitar dificuldades pontuais de tesouraria;

Considerando que, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a margem utilizável da dívida total da autarquia é de 1.985.977,00€, de acordo com os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2018:

Considerando o n.º 1 e 2, do artigo 50.º e n.º 5 do artigo 49.º, da referida lei;

Proponho à Câmara Municipal que se procede à abertura de um procedimento com vista à contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, com a possibilidade de libertação de verbas à medida das necessidades, até ao montante máximo de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), por forma à Autarquia poder cumprir com os seus compromissos atempadamente.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:



1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente;

2.º Proceder à abertura de um procedimento com vista à contração de um empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.765.000,00 €:

Pela Senhora Presidente foi presente a proposta para abertura de procedimento para Contração de Empréstimo de Médio e Longo Prazo, por 20 anos, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

1. De acordo com o estipulado no n.º 1, do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação, os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito.

2. O artigo 51.º do RFALEI estabelece para os empréstimos de médio e longo prazo o seguinte:

a) Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos;

b) Os investimentos a financiar são identificados no respetivo contrato de empréstimo e, caso ultrapassem 10% das despesas de investimento previsto no orçamento do exercício, são submetidos, independentemente da sua inclusão no plano plurianual de atividades, a discussão e a autorização prévia da Assembleia Municipal;

c) Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respetivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos;

d) Os empréstimos têm um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, não podendo o início da amortização ser diferida para além desse período, salvo nos casos legalmente previstos;

e) As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80% da amortização média de empréstimos (divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo).

3. O limite da dívida total constante do artigo 52.º do RFALEI, determina que:

a) A dívida total das operações orçamentais do Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores;



b) O conceito da dívida total das operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e, todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais;

c) Sendo cumprido o limite de endividamento total, o Município só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4. No Município de Lagoa, o limite da dívida total no final do 3.º trimestre de 2018 é de 1.985.977,00€.

5. Para qualquer dos tipos de empréstimo é da competência da Assembleia Municipal, autorizar a sua contração, nos termos da alínea f) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como, o visto prévio do Tribunal de Contas.

6. O pedido de autorização para a Assembleia Municipal para a contração de empréstimos, é obrigatoriamente acompanhado de demonstração de consulta, e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada, em, pelo menos três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como, de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município, conforme determina o n.º 5 do artigo 49.º do RFALEI, na sua atual redação.

7. A contratação de um empréstimo de longo prazo, por um período de 20 anos, até ao montante máximo de 1.765.000.00€, a afetar aos seguintes investimentos municipais:

- Aquisição de terrenos da Sinaga, para reforço do abastecimento de água à população do Concelho – 350.000,00€;
- Aquisição de 2 frações de terreno, na Rua António Moniz Barreto, para parque de estacionamento – 150.000,00€;
- Aquisição de terreno, Rua do Jardim – para construção de estrada - 100.000,00€;
- Obras de Requalificação no terreno da Rua do Jardim – construção de estrada e infraestruturas 300.000,00€;
- Recuperação e Requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário – 400.000,00€;
- Recuperação do Cine Teatro Ferreira da Silva – Espaço Multiusos – 200.000,00€;
- Construção de Pavilhão – Estrutura metálica, no Polidesportivo da Atalhada - 135.000,00€;
- Aquisição da rede de abastecimento de água, no Bairro Vila Mar - 100.000,00€;
- Aquisição de Casa, no Portinho de São Pedro, para demolição – 30.000,00€.

8. A concretização dos citados projetos de investimentos seriam postos em causa, no caso de não se recorrer ao crédito bancário.

9. O prazo de 20 anos para o empréstimo, afigura-se ser o adequado, atendendo a que se estima como vida útil das obras/equipamentos a financiar.

Face ao acima exposto, proponho que se inicie o concurso para seleção da entidade financeira, com vista à contração de um empréstimo bancário até ao montante máximo de



1.765.000,00 € a distribuir pelos projetos mencionados, pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação.

Mais proponho que para o efeito, sejam solicitadas propostas às seguintes instituições bancárias: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o valor da margem disponível por utilizar, 1.985.977,00 €, apresentado na Ficha do Município do 3.º Trimestre de 2018, reflete também o valor para o empréstimo de curto prazo.

A Senhora Presidente respondeu que não, porque de acordo com o Regime Financeiro das Autarquias Locais, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados.

A Senhora Presidente explicou que a contratação deste empréstimo de longo prazo, até ao montante máximo de 1.765.000.00€, destina-se aos investimentos municipais acima elencados, pelo prazo de 20 anos, com um prazo de utilização do capital máximo de dois anos e o referido empréstimo será sujeito a visto do Tribunal de Contas.

Houve troca de impressões entre todos os membros sobre os investimentos municipais referidos no ponto 7 da proposta apresentada.

Após essa troca de impressões, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não concorda que o valor do empréstimo seja tão próximo do valor da margem disponível por utilizar, porque não acautela uma necessidade futura que possa acontecer. Em sua opinião, a proposta devia ser na ordem dos 65%, ou seja dois terços do valor da margem disponível por utilizar.

A Senhora Presidente explicou que ao colocar aqueles valores estão a salvaguardar todas as hipóteses de negócio, mas pode alguma situação não acontecer ou algum negócio não se concretizar e aquele valor poderá ser inferior.

O Senhor Vice-Presidente referiu que anualmente o Município vai amortizando o serviço da dívida, pelo que aquele valor da margem disponível por utilizar também vai aumentando.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se vai abster porque, na sua opinião, qualquer empréstimo não pode comprometer mais do que dois terços da capacidade do limite de endividamento, à data da contratação do empréstimo.

A Senhora Presidente questionou o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, de todos os investimentos apresentados na proposta, quais os que retirava para chegar aos valores que apontou.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que não desistia de nenhum investimento. Reduzia valores nalguns investimentos e noutros tentava negociar no sentido de reduzir os valores.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor e a abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente;

2.º Proceder ao início do concurso para seleção da entidade financeira, com vista à contratação de um empréstimo bancário até ao montante máximo de 1.765.000,00 € a distribuir pelos projetos acima mencionados, pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, de acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação;

3.º Solicitar propostas às seguintes instituições bancárias: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 5 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 18 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 1.048.018,27 € (um milhão quarenta e oito mil dezoito euros e vinte e sete cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:

PONTO N.º 6 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO DO N.º 10 DO ARTIGO 6.º E AO TEXTO DA 12.ª OBSERVAÇÃO DO CAPÍTULO VI DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:

Foi presente a proposta de alteração do n.º 10 do artigo 6.º e ao texto da 12.ª Observação do Capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 5 de dezembro de 2017, conforme editais datados de 6/12/2017, da isenção do pagamento de taxas para a ocupação



do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero, para instalação/ocupação de esplanadas com mesas e cadeiras, pelos estabelecimentos com sede no Concelho de Lagoa, propõe-se a manutenção de um regime de exceção temporária, ainda que não na totalidade do valor das taxas.

Assim, e decorridos 4 anos de isenções temporárias do pagamento de taxas para instalação/ocupação de esplanadas com mesas e cadeiras e os dizeres que resultam de imposição legal e dos anúncios destinados à identificação e localização de sociedades comerciais e empresas desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa, considerando o princípio da atualidade e do consequente reforço dos procedimentos de controlo e fiscalização, propõe-se que as referidas taxas para os regimes identificados beneficiem de uma redução de 50% dos valores praticados, propondo-se a alteração do n.º 10 do artigo 6.º e ao texto da 12.ª observação do capítulo VI do regulamento municipal de taxas e licenças do município de Lagoa-Açores.

“Artigo 6.º

Ocupações diversas

...

10. Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2019, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras previstas no ponto 2 beneficiam de uma redução de 50% das taxas.

CAPÍTULO VI

PUBLICIDADE – LICENÇAS

...

12.ª Beneficiam de uma redução de 50% das taxas referidas no Capítulo VI os dizeres que resultam de imposição legal, os anúncios destinados à identificação e localização de sociedades comerciais e empresas desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa.”

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que está a ser preparado o novo Regulamento Municipal sobre esta matéria e esta medida é apresentada já no sentido do Regulamento que está a ser preparado. Explicou a proposta apresentada, informando que decorridos 4 anos de isenções, passará a haver uma redução de 50% das taxas, para o ano de 2019.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que concorda com o princípio do utilizador-pagador e questionou se nesta alteração não será contemplada a situação da ocupação do espaço de domínio público municipal para exposição de viaturas.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que não. Esta situação deixou de estar contemplada nas isenções anuais.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que votará favoravelmente, esperando que o novo Regulamento chegue em breve. O ano passado quando fez a recomendação que as taxas deveriam de ser pagas, pensava em valores menores do que os 50%. Exemplificou que o aumento fosse progressivo, nesta fase seria um terço, no próximo ano seria mais um terço, para que tivessem tempo de adotar outras soluções e deixou essa situação como recomendação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada;


2.º Submeter a referida proposta de alteração do n.º 10 do artigo 6.º e ao texto da 12.ª Observação do Capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

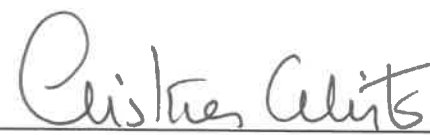
De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:45 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


 CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO